

Caderno de Encargos

P.A. N.º 22/GJC/2022

Aquisição de serviços de suporte operacional e evolutivo do *site* institucional do LNEG

Cláusula 1ª

Objeto

O presente caderno de encargos tem por objeto a aquisição de serviços de suporte operacional e evolutivo ao *site* institucional do LNEG, através da disponibilização de uma bolsa de 220 horas, com CPV: 72200000-7 - Serviços de consultoria e de programação de software.

Cláusula 2ª

Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimentos de erros e omissões do Caderno de Encargos identificados pelo concorrente, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar.
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3ª

Especificações técnicas

1. A prestação de serviços objeto do presente procedimento compreende o desenvolvimento de serviços de suporte operacional e evolutivo ao *site* institucional, através da disponibilização de uma bolsa de com 220 horas:

1.1 Edição avançada de conteúdos, ao nível de estruturação (arquitetura) ou adição de conteúdos;

1.2 Edição/paginação especial de conteúdos;

1.3 Auxílio na adição de traduções avançada;

1.4 Produção de guias/manuais adicionais consoante as necessidades identificadas pelo LNEG;

1.5 Execução de exportações ou importações complexas, incluindo *bull work* no caso de edições extensas de conteúdos;

1.6 Apoio em novos desenvolvimentos identificados e requeridos pelo LNEG;

1.7 Serviços de manutenção corretiva, assegurando a correção dos problemas reportados pelo LNEG em tempo útil e com qualidade.

Cláusula 4ª

Obrigações da entidade adjudicante

1. A entidade adjudicante obriga-se a pagar pontualmente o preço que resultar da proposta adjudicada.

2. A entidade adjudicante obriga-se acompanhar todo o processo de correção de anomalias, mesmo quando estas não foram reportadas diretamente por si.

3. A entidade adjudicante obriga-se a indicar um ponto focal para execução do contrato e controlo da sua execução.

Cláusula 5ª

Obrigações do adjudicatário

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:

1. Prestar os serviços nos termos por si propostos e em cumprimento do previsto no presente caderno de encargos;

2. Cumprir os requisitos legais em vigor e de garantia da qualidade do serviço por si prestado;

3. Disponibilizar permanentemente ao gestor/a do contrato nomeado/a pelo LNEG alocado/a, ao *síte* a estrutura de suporte para registo *on-line* e seguimento de incidentes, prestando a assistência técnica, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, entre as 9:00 horas e as 18:00 horas, via telefone, e-mail ou *remote desktop* ou VPN;
4. Prestar esclarecimentos resultantes de dúvidas de funcionamento do software durante o período contratado;
5. Realizar semanalmente uma sessão de trabalho de um dia completo durante os primeiros três meses do contrato;
6. Emitir um relatório mensal relativo ao consumo de horas da bolsa contratada, explicando, detalhadamente, os serviços prestados no âmbito do mesmo, em formato digital de preferência pdf;
7. Prestar de forma correta e fidedigna todas as informações referentes às condições em que é efetuada a prestação do serviço, bem como prestar todos os esclarecimentos que se justifiquem, de acordo com as circunstâncias;
8. A título acessório, o adjudicatário fica obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequadas à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo;
9. Indicar um ponto focal para gestão do contrato e controlo da sua execução;
10. Assegurar a transição de horas não utilizadas após o término do contrato.

Cláusula 6ª

Preço base e condições de pagamento

1. O preço base é o preço máximo que o LNEG se dispõe a contratar pela execução de todas as prestações que constituem objeto do contrato, é de € 9.300,00 (nove mil e trezentos euros), valor ao qual acrescerá o IVA à taxa legal em vigor.
2. A proposta será excluída se o valor apresentado for superior ao do preço base do procedimento.
3. O preço base contratual resultante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, deverá ser pago em 4 (quatro) prestações, através da apresentação de faturas, cada uma no valor de € 2.325,00 (dois mil trezentos e vinte e cinco euros), valor ao qual acresce € 534,75 (quinhentos e trinta e quatro euros e setenta e cinco centavos) de IVA o que perfaz um valor de € 2.859,75 (dois mil oitocentos e cinquenta e nove euros e setenta e cinco centavos).

4. As faturas deverão ser apresentadas de acordo com o seguinte escalonamento:
- 1ª prestação – logo após o envio da Nota de encomenda;
 - 2ª prestação – no princípio do mês de agosto/2022;
 - 3ª prestação –no princípio do mês de outubro/2022;
 - 4ª prestação – no princípio do mês de dezembro/2022.
5. O pagamento das faturas deverá ocorrer no prazo de 30 dias a contar da data de receção no LNEG;
6. Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar à entidade adjudicada, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando a mesma obrigada a prestar esclarecimentos necessários e/ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

Cláusula 7ª

Prazo de execução dos serviços

Os serviços objeto do presente caderno de encargos deverão ser executados a partir do envio da Nota de encomenda e decorrerão até 31 de dezembro de 2022, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Cláusula 8ª

Local de execução

1. As prestações objeto do presente caderno de encargos serão desenvolvidas via telefone, e-mail ou *remote desktop* ou por Virtual Private Network (VPN) e sempre que se considerar necessário nas instalações do Pólo de Alfragide do LNEG.
2. Em caso de deslocação às instalações do Pólo de Alfragide do LNEG, caberá à entidade adjudicatária a assunção de todos os custos com o transporte do material e pessoal para realização dos trabalhos a executar.

Cláusula 9ª

Modo de execução

1. A entidade adjudicante obriga-se a fornecer à entidade adjudicatária todo os serviços e meios humanos necessários à plena execução do objeto do contrato.
2. Durante a execução do contrato, os trabalhos serão acompanhados de modo contínuo pelo/a gestor/a do contrato nomeado/a pelo LNEG.

Cláusula 10ª

Gestor/a do contrato

1. Nos termos do disposto no artigo 290.º - A do Código dos Contratos Públicos, a entidade adjudicante designará no contrato a celebrar um/a Gestor/a do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste.
2. Caso o/a Gestor/a do Contrato detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, deve comunicá-los de imediato ao órgão competente, propondo em relatório fundamentado as medidas corretivas que, em cada caso, se revelem adequadas.

Cláusula 11ª

Cessão da posição contratual

1. A subcontratação pelo adjudicatário e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos e com os limites previstos nos artigos 316.º e seguintes do CCP.
2. Caso o adjudicatário, por razões de natureza excecional, necessite de realizar quaisquer partes de serviços através de subcontratação, requererá previamente, como indicado no número anterior, a autorização à entidade adjudicante, indicando o fornecedor, prestador ou tarefeiro a que pretende recorrer. Deve fazer acompanhar tal solicitação de elementos comprovativos e esclarecedores da necessidade invocada e da capacidade e competência do subcontratado.
3. A entidade adjudicante reserva-se no direito de aceitar ou não a utilização dos subcontratados propostos, tendo em consideração o previsto no artigo 320.º do CCP.
4. No caso de existir subcontratação, o cocontratante permanecerá integralmente responsável perante a entidade adjudicante, pelo exato e pontual cumprimento de todas as obrigações emergentes do contrato.

Cláusula 12ª

Dever de sigilo

1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao LNEG, de que possa ter conhecimento ao abrigo do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem ser objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que forem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 13ª

Resolução por parte do contratante público

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, e sem prejuízo do disposto na cláusula 13.º, o LNEG pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente:

- a) Pelo atraso na conclusão dos serviços objeto do contrato superior a três meses ou declaração escrita do prestador de serviços de que o atraso respetivo excederá esse prazo;
- b) Quando se verificar que o objeto do contrato não corresponde às características e especificações definidas no presente caderno de encargos e na proposta adjudicada;
- c) Quando, durante a vigência do contrato, o adjudicatário seja declarado interdito, inabilitado, falido ou insolvente;
- d) Quando, sendo o adjudicatário uma sociedade, se verifique a sua dissolução ou a transmissão total ou parcial do capital social e desde que tal facto se repercuta na boa execução do contrato.

2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços.

Cláusula 14ª

Resolução por parte do cocontratante

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o cocontratante pode resolver o contrato quando o montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 60 dias.

2. Nos casos previstos no n.º anterior, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao LNEG, que produz efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

3. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo prestador de serviços, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

Cláusula 15ª

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 16ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 17ª

Legislação aplicável

Em todos os aspetos omissos no contrato, e sem prejuízo do disposto na cláusula 2.ª do presente caderno de encargos, o presente contrato é regulado pelo Código dos Contratos Públicos, bem como pelas disposições legislativas e regulamentares aplicáveis, de acordo com a natureza do serviço a contratar, vigentes na legislação portuguesa.

Assinado por : **OLGA MARIA PIRES IGREJA**
Num. de Identificação: 08025012
Data: 2022.05.04 10:05:29+01'00'

